

O PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DOS DEFICIENTES VISUAIS EM SANTA MARIA*

Biviane Moro de Oliveira¹
José Luiz Padilha Damilano²

Resumo

Com este estudo, busca-se traçar um panorama da educação de deficientes visuais, tendo como objetivo investigar se os alunos deficientes visuais recebem um atendimento adequado nas escolas de educação básica em Santa Maria. Para estabelecer este panorama primeiramente busca-se fazer um apanhado histórico da educação de deficientes visuais no mundo, no Brasil e finalmente em Santa Maria. Posteriormente a partir das entrevistas feitas com professores que trabalham com deficiência visual nas escolas de Santa Maria, tecem-se comentários fundamentados sobre os aspectos educacionais da deficiência visual, onde busca-se expor as modalidades de atendimento, as metodologias, os recursos pedagógicos e as adaptações físicas e curriculares encontradas nestas escolas.

Palavras-chaves: Deficiente Visual - Educação - Professores

Abstract

The Panorama of the Visual Deficient School Education in Santa Maria

This research aims to trace a panorama of the visual deficient education, and have as objective to identify what type of attention they receive in the basic education school in Santa Maria city.

To establish this panorama, we aim to do an historical of the visual deficient education in the world, in Brazil and finally in Santa Maria. We'll begin with a brief definition of the visual . Next, from the teachers' interview that work with visual deficiency in the Santa Maria's schools, than we make comments about the visual deficiency educational aspects, seeking show the attendance modality, the methodology, the pedagogical resort, and the physical and curriculum adaptation that we found in these schools.

Key-words: Visual Deficiency - Education - Teachers

* Artigo oriundo de Monografia apresentada no Curso de Especialização em Educação Especial - UFSM

¹ Autora

² Professor/ CE/ UFSM - Orientador

Introdução

Conhecer as expressões faciais, observar um peixe em um aquário, conhecer as cores, perceber espaços, tudo isso é limitado para a criança deficiente visual.

O mundo dos cegos não pode ser criado com o fechar de olhos. Esta simples afirmação tem profundas implicações para aqueles que parecem considerar as crianças cegas como crianças “normais” sem a visão. Para Santin e Simmons (1996):

[...] considerar a criança que nasceu cega como sendo uma criança normal sem a visão será impor a ela um conjunto artificial de dimensões, tais como o desenvolvimento sensorial sem a visão, ou o desenvolvimento afetivo sem a visão. Somente pela compreensão e aceitação de um desenvolvimento sensorial, um desenvolvimento cognitivo da linguagem, e um desenvolvimento afetivo que lhe são peculiares, é que admitimos que a criança cega seja uma criança “total”.(p.3)

As atividades educacionais dependem muito do sentido da visão, por isso a criança deficiente visual necessita de serviços complementares da educação especial, que lhe ofereçam condições de desenvolvimento global nos primeiros anos de vida através da estimulação precoce e posteriormente de progressos em situações de aprendizagem escolar.

Masini coloca que "o "estar no mundo", sem dispor da visão como sentido predominante, tem implicações que merecem atenção.(1997)

É importante que em primeiro lugar sejam consideradas as diferenças de percepção entre o deficiente visual e o vidente, para que o professor que atua com deficientes visuais possa orientá-los de forma adequada em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Perante as colocações acima, pergunta-se: Os alunos deficientes visuais recebem um atendimento adequado nas escolas de educação básica em Santa Maria -RS. Partindo deste questionamento deu-se início ao trabalho de

pesquisa junto as escolas municipais, estaduais e particulares de educação básica em Santa Maria.

Foram realizadas entrevistas com os professores que trabalham com deficientes visuais nas escolas pesquisadas, tendo como objetivo geral investigar as modalidades de atendimento oferecidas nas escolas de Santa Maria. Desta forma busca-se traçar o Panorama da Educação dos Deficientes Visuais em Santa Maria.

2. BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL

Educação de deficientes visuais no mundo:

A partir do século XVIII passa-se de uma visão supersticiosa para uma concepção organicista, começa-se a compreender os determinantes das deficiências principalmente a visual. De acordo com García Sánchez apud Dall'Acqua (2002, p.55), surgem os primeiros conhecimentos anátomo-fisiológicos importantes para o posterior desenvolvimento de uma compreensão científica sobre o funcionamento do olho e do cérebro, com suas respectivas estruturas.

Desta forma o século XVIII pode ser assinalado como o mais importante, pois nele foram empenhados grandes esforços no sentido de proporcionar educação especializada para as pessoas deficientes e é nesse período que surgem as primeiras instituições públicas em Paris:

- Instituto Nacional de Surdos Mudos, 1760
- Instituto de Jovens Cegos, 1784

Na criação de métodos para a educação dos deficientes visuais destacam-se Valentin Haüy, Chales Barbier e Louis Braille.

Valentin Haüy (1745-1822), criou a primeira escola para pessoas cegas, que tinha como objetivo ensiná-las a ler e depois dar-lhes um emprego. Para alfabetização desenvolveu um ensino sistemático utilizando letras em relevo.

Esse modelo de escola de Valentin, difundiu-se por vários países europeus, com diferentes enfoques. O sistema criado por ele era utilizado em todos os estabelecimentos que se difundiram pela Europa para a educação de deficientes visuais, porém o sistema de letras em relevo "desde cedo mostrou-se limitado pelas dificuldades de seu reconhecimento pelo tato, pela necessidade de manutenção de

uma grande quantidade de letras disponíveis para cada aluno e pelo seu alto custo" (Bueno, 1993, p. 73).

Surge então um sistema que substituiria as letras em relevo por uma combinação de doze pontos que representavam sons da fala, inventado por Charles Barbier em 1808, denominado de escrita noturna, criado para ser um código secreto de comunicação militar, mas que segundo Barbier também podia ser utilizado no ensino da escrita às pessoas cegas.

Embora constituísse uma técnica mais prática e eficiente que a proposta anteriormente por Haüy, os pontos de Barbier ainda eram difíceis de serem aprendidos. A cela era muito grande e os pontos correspondiam a sons da fala, dificultando a ortografia (Dall'Acqua, 2002, p. 58).

Louis Braille (1809-1892), cego desde os três anos de idade, por causa de um ferimento nos olhos e aluno do Instituto dos Jovens Cegos, aos quinze anos cria o sistema Braille, utilizado até hoje.

Braille, modificou o método de Barbier, para seis pontos que correspondiam a letra-escrita. Embora Louis Braille tivesse se empenhado em mostrar a utilidade de seu método, este só foi reconhecido trinta anos depois de ter sido inventado. Telford & Sawrey(1978, p. 383)

O Sistema Braille é formado por seis pontos em relevo. Esses seis pontos formam 63 combinações diferentes com as quais se representam as letras do alfabeto, os sinais de pontuação, os números, os sinais matemáticos, as notas musicais, os símbolos químicos, etc. E em 1829 deu-se a primeira publicação em braille.

Esta recapitulação histórica demonstra mais uma vez uma marcha lenta e difícil do processo médico e educacional onde a noção de assistência dá lugar à readaptação.

Educação de deficientes visuais no Brasil:

Esta retrospectiva histórica foi construída a partir dos livros de Dall'Acqua, 2002 e Bueno, 1993.

A educação de deficientes visuais no Brasil teve início a partir do século XIX:

- 1844 - José Álvares de Azevedo, com 10 anos, foi o 1º cego brasileiro a estudar no Instituto Nacional para Jovens Cegos, Paris.

- 1850 - retorna ao Brasil e inicia a educação através do sistema braille no nosso país
- 1854 - Dom Pedro II baixou um decreto Imperial criando o Imperial Instituto de Meninos Cegos, que após o início da República passou a denominar-se Benjamin Constant no Rio de Janeiro;
- 1926 - Inaugurado em Belo Horizonte o Instituto São Rafael;
- 1927 - Fundado em São Paulo o Instituto para cegos "Padre Chico", que em 1928 adquiriu caráter jurídico, sendo reconhecido de utilidade pública Estadual e Federal em 1960 e 1968, respectivamente;
- 1935 - Apresentado um projeto de lei com objetivo de criação do lugar do professor de primeiras letras para cegos e surdo mudos;
- 1945 - Implantado o primeiro curso de especialização de professores no Instituto de Educação Caetano de Campos em São Paulo, oficializado em 1946;
- 1946 - Criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, para imprimir livros em braille, que atualmente denomina-se Fundação Dorina Nowill para Cegos;
- 1947 - O Instituto Benjamin Constant em cooperação com a Fundação Getúlio Vargas realizam o curso de caráter intensivo destinado à especialização de professores para deficientes visuais;
- 1950 - Criada em caráter experimental a primeira classe Braille do Estado de São Paulo nas escolas comuns, oficializada em 1953 e regulamentada em 1956.

Na mesma década o Conselho Nacional de Educação permitiu oficialmente o ingresso de estudantes cegos na Faculdade de Filosofia.

- 1975-1977 - A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em convênio com o Centro Nacional de Educação Especial, trabalharam no Projeto de Reformulação de Currículos para Deficientes Visuais.

É importante destacar que no decorrer da história foram criadas várias instituições que até hoje destacam-se na educação de deficientes visuais no Brasil. E que estas vem ao longo dos anos aprimorando seus métodos e estudos, servindo como referência para as demais instituições.

Educação de deficientes visuais em Santa Maria

Como não foram encontrados registros sobre a história da educação dos deficientes visuais em Santa Maria, buscou-se conhecê-la através dos relatos das professoras Marli Shimitt e Nilza Silva de Rossi.

Inicia-se a história da educação de deficientes visuais em Santa Maria embazada nos relatos da história da educação recebida por Marli Terezinha Schmitt, uma das primeiras cegas a frequentar a escola no município e que atualmente trabalha como professora alfabetizadora de cegos.

Por volta de 1965, haviam duas professoras cegas, vindas de Santa Ângelo, Lucy e Vilma Kortz, que trabalhavam com deficientes visuais na Escola Antonio Francisco Lisboa. Estas professoras trabalhavam os conteúdos correspondentes a série em que cada aluno se encontrava, utilizando o braille.

Na escola eram oferecidas apenas as séries iniciais (de 1ª a 4ª séries). Após a conclusão desse período, têm-se conhecimento somente do caminho percorrido por Marli para completar seus estudos. Marli ingressou então, no Ginásio Estadual Manuel Ribas, atual Colégio Estadual Manuel Ribas, onde foi inserida em uma classe comum e recebia apoio de uma professora chamada Berenice, que preparava alguns materiais em braille, como polígrafos e provas e transcrevia seus trabalhos e provas do braille para a tinta. Concluído esse período, Marli iniciou o curso de pedagogia na então Faculdade Imaculada Conceição - FIC, atual Centro Universitário Francisco - UNIFRA. Na faculdade, Marli não contava com apoio de um profissional especializado, mas os professores e colegas colaboravam na elaboração de trabalhos e na adequação dos métodos de avaliação. Ao término da graduação, Marli fez um curso de capacitação em Cruz Alta para educação de cegos e com essa capacitação foi contratada pela Escola Antonio Francisco Lisboa, onde começou a alfabetizar e ensinar cegos de Santa Maria e região. Seu trabalho realizado até hoje, consiste em ensinar a ler e escrever através do sistema braille, reconhecer e localizar objetos através do tato e estimular a autonomia do aluno dentro da escola.

Alguns anos depois, prestou concurso para o magistério estadual, no qual foi aprovada.

Pela necessidade de atender os alunos cegos incluídos, a Escola Estadual Coronel Pillar solicitou os trabalhos da professora Marli, com esses alunos.

Diferentemente do trabalho realizado na escola Antonio Francisco Lisboa, a

professora Marli em sala de recursos auxilia nos trabalhos e provas e ajuda nas dificuldades que os alunos tem em entender os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A partir deste momento a história será descrita baseada nos relatos da professora Nilza Silva de Rossi.

Em 1999 é realizado um curso de capacitação de professores, organizado e coordenado pela professora Nilza Silva de Rossi que na época era coordenadora do Curso de Educação Especial do Centro de Educação da UFSM, hoje essa professora está aposentada. Até 1999 não houve nenhum curso de capacitação de professores para o trabalho com deficientes visuais em Santa Maria.

A partir de 1999 concursos do estado e município contemplaram professores com a referida capacitação. E atualmente são somente estes professores que atuam nas Escolas a nível municipal e estadual em Santa Maria.

A demanda da comunidade de Santa Maria e região era constante. As professoras egressas do curso de Educação Especial da UFSM, por não serem habilitadas, voltavam para pedir apoio para exercer tal atendimento, motivando desta forma a coordenadora do curso de Educação Especial, na época, professora Nilza Silva de Rossi, com mais quatro acadêmicas a participar do curso preparatório para o trabalho com deficientes visuais em Curitiba.

Ao retornar para Santa Maria estas criam em 8/4/2002 o , no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, com objetivo de atender crianças portadoras de deficiência visual (baixa visão e cegueira) realizando com estas um trabalho de estimulação precoce e reeducação visual. Este trabalho era realizado por acadêmicas do curso de Educação Especial da UFSM, após o diagnóstico de um médico oftalmologista e de avaliação realizada pela reeducadora visual Orcezi Antunes.

Este núcleo passou a dar atendimento a todos que procuravam o serviço e realizou um seminário com o objetivo de envolver mais professores e acadêmicas no trabalho com deficientes visuais.

Em 2003 outro grupo de acadêmicas junto com a professora Nilza, foram para Curitiba para um novo curso preparatório para o trabalho com deficientes visuais.

Em 9 de maio de 2003 foi fundada a Associação de Cegos e Deficientes Visuais (ACDV) de Santa Maria e Região. Esta foi fundada por deficientes visuais,

familiares, acadêmicas do curso de educação especial e pela professora Nilza, os quais sentiram a necessidade de organizar e criar uma associação onde todos participantes pudessem trocar experiências, promover a participação na sociedade e também auxiliar a comunidade deficientes visuais de Santa Maria e Região em qualidade de vida.

Em 2004 com a aposentadoria da professora Nilza o projeto Núcleo e Atendimento a Deficientes Visuais (NAADV) é encerrado.

Embora tenha encerrado o projeto que mantinha o núcleo, com a mudança do currículo do curso de especialização em Educação Especial, em 2004, este passa a oferecer uma disciplina sobre deficiência visual e duas vagas para pesquisa na área da deficiência visual.

2. CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA:

Esta pesquisa foi conduzida a partir da abordagem qualitativa, pois segundo Lüdke e André (1986, p.12) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como a sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente descritivos. Desta forma a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa descritiva.

Será realizado neste estudo, uma descrição pautada na revisão bibliográfica sobre a temática proposta e na entrevista semi estruturada, onde os professores discorrem sobre suas práticas na educação de deficientes visuais.

Os sujeitos escolhidos para a realização desta pesquisa foram os professores, pois através de seus relatos pôde-se verificar a atual situação e condições da educação de deficientes visuais em Santa Maria.

Escolas e professores que atendem deficientes visuais em Santa Maria e participantes dessa pesquisa:

- Escola Estadual Coronel Pillar - Professoras: Marli Terezinha Schmitt, pedagoga cega, capacitação em deficientes visuais e Lizete Maria Massulini Pigatto, educadora especial, capacitação em deficientes visuais. Atendem 9 alunos dos quais 4 estão incluídos.
- Escola Municipal Hylda Vasconcelos - Professora: Valquirea Monteblando Villagrau, pedagoga, educadora especial, capacitação em deficientes visuais. Atende 1 aluno incluído

- Escola Antônio Francisco Lisboa - Professora: Marli Terezinha Schmitt, pedagoga cega, capacitação em deficientes visuais. 7 alunos
- Escola de Educação Infantil Despertar - Professora: Roseclair de Fátima da Silva, pedagoga, capacitação em deficientes visuais. Atende 2 alunos incluídos
- Escola Estadual General Edson Figueiredo - Professora: Fabiane Romano de Souza Bridi, educadora especial. Atende 1 aluno incluído.
- Núcleo de tecnologia educacional (NTE) - Lizete Maria Massulini Pigatto e Eglá Rejane Dorneles. Cinco alunos que freqüentam as outras escolas citadas são atendido as terças feiras a tarde, onde aprendem informática utilizam programas específicos para Deficientes visuais e navegam pela internet.

Com este estudo foram encontrados um total de vinte alunos sendo que, nove possuem baixa visão e onze são cegos e destes oito estão incluídos. Além de alunos de Santa Maria, também são atendidos uma aluna de São Sepé e um aluno de São Vicente.

3. ASPECTOS EDUCACIONAIS DA DEFICIÊNCIA VISUAL

Definição de deficiência visual:

O termo deficiência visual refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais.

A deficiência visual inclui dois grupos de condição visual: definidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em cegueira e baixa visão (visão subnormal).

Para fins educacionais e de reabilitação são utilizados os seguintes conceitos: **CEGUEIRA:** Nessa categoria estão os indivíduos que só percebem vultos. Mais próximos da cegueira total, estão os indivíduos que só têm percepção e projeção luminosas, no primeiro caso, há apenas a distinção entre claro e escuro; no segundo (projeção) o indivíduo é capaz de identificar também a direção de onde provém a luz. A cegueira total ou simplesmente amaurose, pressupõe completa perda de visão, a visão é nula, isto é, nem a percepção luminosa está presente.

BAIXA VISÃO(VISÃO SUBNORMAL): Indivíduos que não são cegos possuindo pois resíduo visual, resíduo este de várias intensidades e não superados através de correções ópticas simples, como óculos ou lentes de contato. Necessitando de

atendimento especializado para que possa utilizar da melhor forma este resíduo visual. Segundo Antunes(1999):

Este resíduo visual pode, na maioria dos casos, ser estimulado para a melhoria da qualidade do seu potencial visual. Quem deve dizer se o resíduo é ou não treinável e orientar a forma de estimulação visual é o oftalmologista. Esta orientação é feita através de indicação de oclusão, prescrição de auxílio ópticos como óculos lupas ou telelupas acrescidos de indicação de treinamento visual para perto e/ou longe e do diagnósticos responsável pelo rebaixamento visual (p.13).

Durante muito anos todas as pessoas com deficiência visual foram tratadas como cegas. Este é um motivo pelo qual a área da baixa visão (visão subnormal) levou tanto tempo para ser reconhecida.

Barraga (1985) demonstrou que uma criança com resíduo visual, por mais comprometido, que seja, deve ser estimulada a utilizá-lo ao máximo.

Ao contrário do que se pensava anteriormente, a visão não se desgasta e, quanto mais estimulada, maior a possibilidade de obter um melhor desempenho visual.

Pedagogicamente, delimita-se como cego aquele que, mesmo possuindo baixa visão, necessita de instrução em braille e como portador de baixa visão aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos.

Estimulação precoce

É importante ressaltar que grande parte dos nossos conhecimentos são adquiridos através da visão, e que qualquer deficiência no órgão responsável pela visão pode causar prejuízos no desenvolvimento infantil, na vida escolar, profissional e social da pessoa.

Quando a deficiência visual ocorre no nascimento ou nos primeiros anos de vida é imprescindível que a família procure uma equipe de profissionais que através de um programa de estimulação precoce proporcione condições para que o seu desenvolvimento global evolua o mais próximo possível dos padrões de desenvolvimento normal, pois no caso de não ter acesso a orientação e tratamento

necessários no período de zero a três anos a criança poderá ter o desenvolvimento e o crescimento seriamente prejudicados em seus aspectos intelectual, neuromotor, psicológico e social, deixando seqüelas irreversíveis que afetarão a fase escolar e a vida futura.

Fase escolar

Nesta fase a criança deficiente visual necessita de serviços de educação especial complementares que lhe ofereçam condições para ajustamento e progresso em situações de aprendizagem escolar. É necessário o trabalho de um profissional especializado para desenvolver habilidades em áreas específicas, tais como: orientação e mobilidade; atividades da vida diária; aprendizagem do sistema braille ou utilização de lentes e auxílios ópticos especiais, no caso de visão subnormal.

Modalidades de atendimento encontradas:

Na Escola Especial:

Em Santa Maria alguns deficientes visuais optaram por freqüentar a escola especial Antônio Francisco Lisboa e lá recebem atendimento na classe especial para deficientes visuais. O atendimento ao aluno deficiente visual é basicamente de alfabetização em braille e aulas de informática com softwares específicos para cegos.

Na Escola Regular:

Os educandos deficientes visuais de Santa Maria encontram-se em sua maioria na rede regular de ensino em classes comuns com apoio de profissional especializado na sala de recursos. Esta realidade é encontrada atualmente nas escolas Coronel Pillar, General Edson Figueiredo, Hylda Vasconcellos e Despertar.

Salas de Recursos:

O trabalho desenvolvido pelas professoras que atuam nas salas de recurso com deficientes visuais em Santa Maria se realiza através de adaptação de materiais didáticos, apoio pedagógico ao aluno no processo de ensino/aprendizagem, busca do envolvimento das famílias na educação e integração escolar do aluno, orientam quanto a utilização de novas tecnologias como recurso pedagógico, entre outros.

Educação infantil

Na educação infantil o trabalho pedagógico desenvolvido é fundamentado num currículo específico na área da deficiência visual, objetivando proporcionar atividades diversificadas que favoreçam a ampliação do universo cognitivo, psicomotor, social e afetivo da criança deficiente visual.

A escola deve oferecer um ambiente rico em experiências sensoriais e o professor deverá oportunizar uma contextualização deste ambiente para que o aluno possa se familiarizar, podendo assim, iniciar suas próprias descobertas.

Veitzman, 2000, diz que:

[...] crianças que são funcionalmente ou totalmente cegas precisaram desenvolver suas mãos, suas habilidades auditivas, seus conceitos de mundo e ter acesso a métodos de aprendizagem. Elas precisaram formas de cuidar de si mesmas e aprender o que as outras pessoas fazem. (p.125)

Já o trabalho desenvolvido com a criança com baixa visão baseia-se fundamentalmente em conduzi-la de forma criteriosa e gradativa no educar de sua visão residual, na compreensão do que pode ver, despertando, dessa maneira, sua consciência visual.

Alfabetização:

Ao contrário das crianças videntes que tomam conhecimento da escrita e da leitura desde a mais tenra idade, as crianças deficientes visuais só entram em contato com a leitura e a escrita no período escolar, isto pode acarretar uma demora no processo de alfabetização. Para que o desenvolvimento da alfabetização tenha sucesso é preciso que o educando receba um conjunto de habilidades e pré-requisitos para a leitura e escrita em braille. Esses pré-requisitos são trabalhados a fim de mobilizar todas as estruturas internas refinando as percepções, estimulando a memória e amadurecendo o educando propriamente, de maneira a respeitar o ritmo individual de cada aluno.

É importante focalizar alguns aspectos referentes ao desenvolvimento do deficiente visual quanto à organização de suas experiências na formação de sua individualidade, condição necessária para que sua integração ocorra.

Masini (1994) coloca que:

No caso do deficiente visual, por exemplo, ele tem a possibilidade de organizar os dados, como qualquer outra pessoa, e estar aberto par o mundo, em seu modo próprio de perceber e de relacionar-se; ou, ao contrário, estar doente, isto é, fechado ao imediato que o cerca e a ele restrito. O que não se pode desconhecer é que o deficiente visual tem uma dialética diferente, devido ao conteúdo – que não é visual, e à sua organização é a de referir-se ao tátil, auditivo, olfativo, cinestésico (p. 83).

Os cegos apreendem, portanto, através da linguagem, significações que podem ser obtidas pela via do olhar.

Recursos pedagógicos:

O aluno deficiente visual, especialmente o aluno cego, precisa dominar alguns materiais básicos, indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem. Entre esses materiais, destacam-se: reglete e punção, sorobã, livros transcritos em Braille, mapas em alto relevo, computador com softwares específicos, impressora braille, etc.

Relato da professora Valquirea, que trabalha com um aluno com baixa visão.

"Os recursos que ele tem hoje são os mais modernos, impressora em braille, computador com softwares adaptados, ele está tendo bastante recursos aqui e esses recursos são da rede municipal, o dia que ele sair da rede municipal e for para rede estadual, esses recursos irão para outra escola que vão facilitar a aprendizagem de outra criança deficiente visual".

Muitas vezes as escolas não dispõe de todos estes recursos, então os materiais tem que ser confeccionados ou adaptados pelos professores.

Relato da professora Lizete:

"São poucos, a gente improvisa muito, inventa muito material, trabalha muito com as habilidades do corpo associadas ao conteúdo utilizando os materiais que tem, usa-se a expressão dramática e o teatro".

Para alunos de visão subnormal, na maioria dos casos, os recursos didáticos mais usados são: cadernos com margens e linhas fortemente marcadas e espaçadas; lápis com grafite de tonalidade forte; caneta hidrocor preta; impressões ampliadas; materiais com cores fortes e contrastantes.

Relato da professora Fabiane:

"Todos os conteúdos trabalhados em sala de aula são ampliados, os livros utilizados nas disciplinas foram todos ampliados no CAP/RS (Centro de apoio pedagógico às pessoas com deficiência visual), os mapas são feitos com cores fortes e texturas.

Os recursos pedagógicos utilizados para o trabalho com alunos que possuem baixa visão podem ser produzidos e adaptados pelo professor de acordo com a necessidade de cada aluno.

Adaptações físicas e curriculares:

De acordo com a Secretaria de Educação Especial(2004) a acessibilidade física é um dos primeiros requisitos para a universalização do ensino, já que ela garante a possibilidade, a todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, freqüentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades.

Relato da professora Valquirea:

"A direção da escola fez uma mesa especial para ele, uma mesa adaptada, foram comprados vários brinquedos e jogos de alfabetização com ampliação".

Relato da professora Marli:

"Nós temos o transporte que leva e traz os alunos, corrimão para aqueles alunos que além de deficientes visuais, possuem algum problema motor".

A Secretaria de Educação Especial orienta que as flexibilizações curriculares devem ser pensadas a partir de cada situação particular e não como propostas universais, válidas para qualquer contexto escolar. As adequações feitas por um determinado professor para um grupo específico de alunos só são válidas para esse grupo e para esse momento.

As adaptações curriculares encontradas nas escolas em Santa Maria estão ligadas a atitudes de flexibilidade apresentadas por alguns professores, pois os demais professores principalmente os do ensino regular que têm alunos incluídos desconhecem ou ignoram a maneira diferente que o deficiente visual tem de assimilar novos conhecimentos.

Montilha, Gasparetto e Nobres (2002) colocam que o currículo da escola comum é direcionado para crianças com visão normal e é aplicado por meio de atividades visuais (p.189).

Relato da professora Fabiane:

"Ele tem um tempo maior para fazer as provas e em ambiente separado dos demais colegas pelo fato de que ele se distrai fácil, as vezes quando não consegue desenvolver o pensamento escrito, as provas são feitas oralmente. O professor também vai vendo como pode facilitar o processo para ele".

Também é importante que na escola sejam feitas adaptações curriculares para viabilizar o processo de inclusão.

Inclusão:

A inclusão como pratica educativa é recente em nossa sociedade, as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, estão sendo substituídas, lentamente, pela inclusão.

De acordo com Golin e Bastos (2004):

A preparação da escola para incluir o aluno com necessidades especiais, exige uma mudança no processo ensino-aprendizagem. Esta preparação deve ocorrer com a atualização dos professores, que em sua prática pedagógica cotidiana deverão promover o ensino inclusivo, enfocando sua importância não só para os alunos, mas também entre os pais, funcionários da escola e comunidades vizinhas. Desta maneira, melhores condições poderão ser oferecidas ao aluno com deficiência visual, para que seu processo ensino-aprendizagem torne-se mais enriquecedor e formador de cidadãos críticos e atuantes na sociedade. (p. 4)

Relato da professora Marli, quando questionada sobre o nível de aproveitamento pedagógico de dois alunos cegos incluídos, na escola Coronel Pillar:

"Eles tem muita dificuldade, pelo fato da turma ser muito grande e muito barulhenta, eles fazem trabalhos de grupo com os colegas, mas quando os colegas ditam, ditam eles escrevem errado as vezes não se ouve bem, porque é muita bagunça, tá difícil. Eu acho que a inclusão tem que ser repensada, porque da maneira que está não dá para ficar, porque não é só a gente pegar e incluir uma pessoa. Eu fico pensando: até que ponto a inclusão é boa?."

Para Gotti (2002, p.9) *"a inclusão não significa simplesmente colocar o estudante junto com outros ditos normais, mas reestruturar o sistema educacional para que as crianças especiais sejam atendidas com se deve"*.

Relato da professora Fabiane sobre um aluno incluído na 5º série:

"Sou inteiramente a favor da inclusão porque eu olho para ele e acho que ele não iria ter conseguido este mesmo nível de aprendizagem e desenvolvimento se estivesse em uma classe especial".

Porém quando a inclusão é feita de forma adequada, representa uma etapa vencida no desenvolvimento da criança ou adolescente com necessidades especiais. Além da interação com outras crianças, que exclui o isolamento ao qual muitos deficientes acabam sendo submetidos, a participação na vida social aumenta a auto-estima.

Trabalho pedagógico:

O trabalho pedagógico com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais deve envolver materiais didáticos auxiliares, acompanhamento e reforço contínuo por parte do professor da classe e trabalho suplementar com professor especialista, quando for o caso (Diretrizes MEC; SEESP).

Relato da professora Fabiane:

"É feito um trabalho de ampliação dos materiais, agora ele está aprendendo a ler letras de imprensa minúsculas porque ele só consegue ler letras bastão, também é feito um trabalho com os professores da classe comum, é preciso conversar para construir um trabalho pedagógico na mesma direção".

Relato da professora Marli ao comentar o seu trabalho em uma escola especial:

"Ensina-se a ler e escrever em braille através do tato, manusear todos os objetos fazer reconhecimento e também se ensina a localizar os objetos, guardar eles próprios nos locais certos, se ensina a andar pela a escola utilizando a bengala e usando a parede como referencia".

Relato da professora Lizete sobre seu trabalho realizado com uma aluna incluída:

"Uma vez por mês eu trabalho com toda a turma onde essa aluna está incluída, porque havia um problema de rejeição muito grande com ela, então eu

comecei a entrar em sala de aula fazendo um trabalho de dramatização e brincadeiras com todos os alunos e deu um resultado muito significativo".

Um trabalho pedagógico direcionado para o deficiente visual é muito importante para que a criança alcance conquistas significativas no seu desenvolvimento. Seguindo esta premissa se faz necessário que o professor tenha uma formação nesta área.

Formação de professores:

Há pouco mais de vinte anos constatamos um significativo e gradativo aumento de pesquisas e publicações a respeito da formação docente, sobre tudo no Brasil. Embora tenha havido uma verdadeira revolução nesse campo, esta formação ainda deixa muito a desejar.

Relato da professora Lisete:

"Como a gente não sabia nada sobre deficientes visuais foi preciso fazer um curso de capacitação, acho que deveria ter alguma coisa no curso pelo menos uma disciplina".

Os educadores devem ter consciência de que terminar a licenciatura é apenas uma das etapas do longo processo de capacitação que nunca estará terminado. Por outro lado as coordenações pedagógicas e o governo devem estar comprometidos com o princípio da formação continuada.

É preciso estar aberto às inovações e procurar diferentes métodos de trabalho, mas sempre partindo de uma análise individual e coletiva das práticas.

Relato da professora Fabiane ao comentar sobre sua formação:

"É delicado no meu caso porque eu não tive formação específica para trabalhar com deficientes visuais e depois a gente tem uma formação voltada para as séries iniciais potencializou o meu problema, a minha prática que é um aluno com uma deficiência a qual eu nunca tinha trabalhado e ele é um aluno de quinta série".

Segundo Nóvoa (1995, p.25): *"a formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal".* Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Alguns professores entrevistados relatam que muitas de suas ações pedagógicas empregadas atualmente, estão embasadas em práticas que foram sendo construídas durante o período que trabalham com deficientes visuais.

Relato da professora Lizete:

"A gente vai aprendendo com os alunos com a experiência, vai aproveitando o que deu certo, mudando o que deu errado".

O professor que atua com deficientes visuais precisa de uma formação específica, pois somente conhecendo a maneira diferente de percepção do seu aluno este professor poderá construir novos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho realizado nas escolas em busca da verificação se os deficientes visuais recebem um atendimento adequado nas escolas de Santa Maria, envolvendo os professores que atendem estes alunos, foi possível constatar que:

Há um número reduzido de deficientes visuais recebendo atendimento nas escolas de educação básica em Santa Maria embora exista um número significativo de deficientes visuais necessitando de atendimento especializado.

Foram encontradas um total de cinco escolas e um núcleo de tecnologia educacional, onde duas escolas pertencem a rede estadual de ensino, uma da rede municipal e duas particulares. Atendendo um total de 20 alunos deficientes visuais, dos quais nove possuem baixa visão e onze são cegos e destes oito estão incluídos. Além de alunos de Santa Maria, também são atendidos uma aluna de São Sepé e um aluno de São Vicente. No Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) são atendidos cinco alunos que também freqüentam as escolas citadas, onde aprendem informática.

A formação de educadores especiais na área da deficiência visual até o presente momento é em nível de capacitação. Constatou-se que estes desenvolvem um trabalho bem satisfatório, porém o número destes profissionais é reduzido, deixando de contribuir com um maior número de atendimentos. Considerando-se essa realidade há a necessidade de cursos ou disciplinas no ensino superior para suprir esta lacuna na formação de professores.

Embora as políticas públicas estejam visando a inclusão, muitas escolas ainda não realizam as adaptações necessárias para inclusão de deficientes visuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, O. **Apostila de Visão Subnormal**. Curitiba 1999.

BARRAGA, N.C.; MORRIS, J.E., **Programa para desenvolver a eficiência no funcionamento visual: livro de informações sobre visão subnormal**. Trad. Jurema L. V. et al. São Paulo: Fundação para o livro do cego no Brasil, 1985.

BRASIL, **Subsídios para organização e funcionamento de educação especial: Área de Deficiência Visual**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação na educação básica**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BUENO, J.G.S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

DALL'ACQUA, M.J.C. **Intervenção no ambiente escolar: estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa visão**. São Paulo: UNESP, 2002.

GOLIN, A.F.; BASTOS, L.C. Por uma educação inclusiva para portadores de deficiência visual: um novo olhar. **Cadernos de Educação Especial**, n.24, 2004.

GOTTI, M. Fórum: **Surdos e ouvintes juntos**. Revista Nova Escola, ano 17, n. 152, p.9, 2002.

HUGONNIER - CLAYETTE, S. et. al. **Deficiências visuais na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

LÜDKE, M; ANDRE, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MASINI, E.F.S. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**: orientando professores especializados. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Intervenção Educacional Junto à Pessoa Deficiente Visual**. IN: Deficiência: Alternativas de Intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

MONTILHA, R. de C.L; GASPARETTO, M.E.R.F e NOBRES, M.I.R de Souza. **Deficiência visual e inclusão escolar**. IN: PALHARES, M.S. **Escola Inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 187.

NÓVOA, A. Org. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SANTIN, S., SIMMONS, J.N. **Problemas das crianças portadoras de deficiência visual congênita na construção da realidade**. Revista Benjamin Constant. nº02,. Rio de Janeiro, janeiro de 1998.

TELFORD, C.W.; SAWREY, J.M. **O indivíduo excepcional**. 2 ed. New Jersey: Englewood Cliffs, 1972.

VEITZMAN, S. **Visão Subnormal**. Rio de Janeiro: Cultura Médica; São Paulo: CBO:CIBA Vision 2000.